



O Quadrilátero Ferrífero e sua Influência na Geopolítica do Golpe de 1964 no Brasil

Alessandro Borsagli¹  

Brenda Melo Bernardes²  

Amaro Sérgio Marques³  

Resumo: O artigo analisa a influência exercida pelos Estados Unidos na questão mineral brasileira, uma vez que a exploração do ferro em Minas Gerais foi determinante no apoio estadunidense ao golpe de 1964. A exploração mineral e as pressões exercidas pelos Estados Unidos para obter o monopólio das minas de ferro do Quadrilátero Ferrífero no período levaram a uma aliança que lançou bases para a transnacionalização da exploração mineral no Brasil, abordando questões que até então são pouco debatidas em conjunto – a relação entre os anseios da mineração no contexto brasileiro do século XX, as questões geopolíticas envolvidas, com ênfase para o golpe militar de 1964, a relação entre o empresariado brasileiro e os militares e a influência dos interesses estrangeiros na exploração mineral.

Palavras-chave: Geopolítica; Recursos Minerais; Minas Gerais; Quadrilátero Ferrífero; Golpe de Estado.

THE IRON QUADRANGLE AND ITS INFLUENCE IN THE GEOPOLITICS OF THE 1964 COUP IN BRAZIL

Abstract: The article analyses the influence exerted by the United States on the Brazilian mineral issue, since the exploitation of iron in Minas Gerais was a determining factor in US support for the 1964 coup. Mineral exploration and the pressure exerted by the United States to obtain a monopoly over the iron mines of the Iron Quadrangle during this period led to an alliance that laid the foundations for the transnationalisation of mineral exploration in Brazil, approaching issues that have so far been little debated together - the relationship between the desires of mining in the Brazilian context of the 20th century, the geopolitical issues involved, with emphasis on the military coup of 1964, the relationship between the Brazilian business community and the military, and the influence of foreign interests in mineral exploration.

Keywords: Geopolitics; Mineral Resources; Minas Gerais; Iron Quadrangle; Coup d'Etat.

EL CUADRILATERO DE HIERRO Y SU INFLUENCIA EN LA GEOPOLÍTICA DEL GOLPE DE 1964 EN BRASIL

Resumen: El artículo analiza la influencia ejercida por Estados Unidos en la cuestión mineral brasileña, dado que la explotación de hierro en Minas Gerais fue un factor determinante en el apoyo estadounidense al golpe de 1964. La exploración minera y la presión ejercida por Estados Unidos para obtener el monopolio de las minas de hierro del Cuadrilátero de Hierro en el período dieron lugar a una alianza que sentó las bases para la transnacionalización de la exploración minera en Brasil. Se abordan cuestiones que hasta ahora han sido poco debatidas en conjunto: la relación entre los deseos de la minería en el contexto brasileño del siglo XX, las cuestiones geopolíticas involucradas, con énfasis en el golpe militar de 1964, la relación entre el empresariado brasileño y los militares, y la influencia de los intereses extranjeros en la exploración minera.

¹ Doutorando em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PPGG-TIE PUC Minas).

² Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

³ Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Professor do PPGArq e do curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da PUC-Rio.

Palabras clave: Geopolítica; Recursos Minerales; Minas Gerais; Cuadrilátero de Hierro; Golpe de Estado.

INTRODUÇÃO

A geopolítica envolvendo os recursos minerais da América do Sul, em particular o Brasil, data do período colonial sendo que, em poucas ocasiões, a exploração dos recursos minerais no território beneficiou a população onde tais recursos foram e são extraídos (Rodrigues, 2015). Grande parte da riqueza mineral brasileira se encontra no estado de Minas Gerais, possuindo grande importância não só na arrecadação estadual, mas principalmente para os municípios que recebem royalties⁴ das atividades de mineração, destacando-se os municípios que se encontram inseridos na região mineral denominada Quadrilátero Ferrífero⁵.

O Quadrilátero Ferrífero se encontra localizado na região central do estado de Minas Gerais, e pode ser considerada a mais importante província mineral do Brasil. Conhecida e explorada desde o final do século XVII (Castro, 2017), a região foi responsável não só pela consolidação dos processos de interiorização do território brasileiro, a partir da fundação de diversas cidades como Ouro Preto, Mariana e Sabará, próximas das minas de ouro, mas também pelas inúmeras revoltas que envolveram paulistas, portugueses e mineiros durante os séculos XVIII e XIX, mesmo após o esgotamento das minas de ouro. O ouro de Minas Gerais, em grande parte extraído na região do Quadrilátero, contribuiu para a mudança da balança geopolítica da Europa, proporcionando a Inglaterra uma formação de capital que incrementou os investimentos em estrutura industrial e inovações tecnológicas que culminaram na primeira revolução industrial (Said Junior, 2006).

Na primeira metade do século XX, uma nova fonte de riqueza passou a ser cobiçada pelos estrangeiros: o minério de ferro. Desconhecida das nações estrangeiras até o ano de 1808, os depósitos de ferro de Minas Gerais podem ser considerados o segredo mais bem guardado por Portugal durante o período colonial

⁴ De acordo com a Fundação Getúlio Vargas (2018) royalty é forma mais tradicional de tributação dos recursos minerais no mundo. Ele é a compensação ao dono da terra pela exploração de um recurso mineral nela contido.

⁵ O Quadrilátero Ferrífero é uma região geográfica situada na porção centro-sul do Estado de Minas Gerais, responsável por cerca de 60% de toda a produção mineral do Brasil (UFOP, 2018), abrangendo os municípios de Itabira, Bom Jesus do Amparo, São Gonçalo do Rio Abaixo, Barão de Cocais, Santa Bárbara, Catas Altas, Alvinópolis, Mariana, Ouro Preto, Ouro Branco, Congonhas, Jeceaba, Belo Vale, Moeda, Itabirito, Rio Acima, Brumadinho, Mario Campos, Sarzedo, São Joaquim de Bicas, Igarapé, Ibirité, Itaúna, Nova Lima, Raposos, Sabará, Caeté e Belo Horizonte.

(Borsagli, 2017). Explorado de maneira pontual durante o século XIX por pequenas companhias brasileiras e inglesas espalhadas pela região de Itabira e pelo Quadrilátero Ferrífero, o minério de ferro passou a despertar grande interesse estrangeiro a partir do ano de 1909, quando diversas sociedades estrangeiras passaram a adquirir grandes porções de terras no Quadrilátero Ferrífero (Machado e Figueirôa, 2020).

Grande parte das tentativas de se obter licença para exploração mineral foram rechaçadas por Arthur Bernardes durante suas administrações estadual (1918-1922) e federal (1922-1926). Sua célebre frase “minério não dá duas safras⁶”, embasa o posicionamento protecionista em relação a exploração mineral no Brasil.

Nesse contexto, é importante observar que, em pouco mais de cinquenta anos (1920-1970) a exploração do minério de ferro foi o centro de acaloradas discussões no Brasil, e em meio as convulsões mundiais que acabaram por tornar os Estados Unidos da América um dos protagonistas da geopolítica mundial no século XX, o minério de ferro de Minas Gerais foi um importante quesito na relação entre o Brasil e os estadunidenses, que buscavam defender os seus interesses a qualquer custo.

Portanto, o artigo tem como objetivo principal analisar, sob a perspectiva geográfica-histórica, a influência exercida pelos Estados Unidos na questão mineral brasileira, uma vez que a exploração das minas de ferro do estado de Minas Gerais foi um dos fatores determinantes no apoio estadunidense ao golpe de 1964.

Como observado por Morel (1965), no qual a empresa de processamento de minério de ferro Hanna Mining Company figura como uma das líderes de uma das “frentes” abertas contra do governo de João Goulart, e Galeano (2000) ao afirmar que as minas de ferro foram a causa da queda de dois presidentes, visto as dificuldades impostas frente aos interesses norte-americanos em ter pleno acesso a um importante recurso bélico e de manter o seu poderio militar no auge da Guerra Fria (1947-1991), quando as disputas ideológicas, econômicas e culturais entre os Estados Unidos e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas atingiram o seu ápice (Arbex Júnior, 1997) o artigo apresenta relevância, uma vez que aborda questões que até então são pouco debatidas em conjunto – a relação entre os anseios da mineração no contexto brasileiro do século XX, as questões geopolíticas envolvidas, com ênfase para o golpe militar de 1964, a relação entre o empresariado brasileiro e os militares e a influência

⁶ Atribuída ao presidente de acordo com Versiani (2012).

dos interesses estrangeiros na exploração mineral. Assim, tal abordagem oferece nova perspectiva para aprofundamento dos eventos históricos e seus impactos na sociedade brasileira.

A pesquisa aqui apresentada é o desdobramento de um trabalho de abordagem geográfica-histórica fundamentado no princípio de territorialidade e que teve como ponto de partida a construção da cidade de Belo Horizonte e os seus aspectos físicos, paisagísticos, territoriais e socioeconômicos. A primeira etapa consistiu de uma revisão de literatura a partir de textos de autores como Borsagli (2017a, 2017b); Carvalho (2006); Castro (2017); Dreifuss (1981); Mata Machado (1978, 2003); Moraes (2015, 2019), Morel (1965) e Pereira (1967), que estudam o assunto e os processos que levaram a quase monopolização da exploração mineral pelos Estados Unidos.

Na segunda etapa foram utilizadas pesquisas acadêmicas, obtidas a partir do Portal Capes, Scielo, que se encontram referenciadas no final do artigo, e outros repositórios de arquivos públicos (Arquivo Público Mineiro; Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte). Também foram consultados documentos e mapas da área em estudo (USGS e Banco Mundial). Como recorte temporal, delimitou-se o período compreendido entre os anos de 1909 a 1967, englobando o início das aquisições de terras no Quadrilátero Ferrífero por grupos estrangeiros, até a consolidação das empresas de capital estrangeiro na região, período marcado pela autorização do governo militar permitindo a formação de sociedades organizadas no Brasil com a participação majoritária de acionistas estrangeiros na exploração dos recursos minerais.

Assim, os impactos do golpe e da ditadura no Brasil não se resumem apenas ao campo geopolítico, econômico e social, possuindo uma abrangência que alcança a atualidade na qual uma parcela considerável da população brasileira desconhece essa amplitude. Vale destacar que a exploração mineral e as pressões exercidas pelos Estados Unidos para obter o monopólio das minas de ferro do Quadrilátero Ferrífero se iniciaram duas décadas antes do golpe, aproveitando-se da fragilidade europeia durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que pode ser considerado o divisor de águas na consolidação econômica e a supremacia política do capital monopolista nos centros industriais e financeiros (Dreifuss, 1981).

Antecedentes: código de minas, acordo de Washington e OSS/USGS

A grande quantidade de minério de ferro existente na região do Quadrilátero Ferrífero já era conhecida desde o período colonial, figurando como um dos segredos mais bem guardados por Portugal no século XVIII. Os primeiros viajantes estrangeiros que pisaram em Minas Gerais após a abertura dos Portos em 1808 se assustaram com a quantidade de minério de ferro existente nas Serras da então Capitania de Minas Gerais (Borsagli, 2017a).

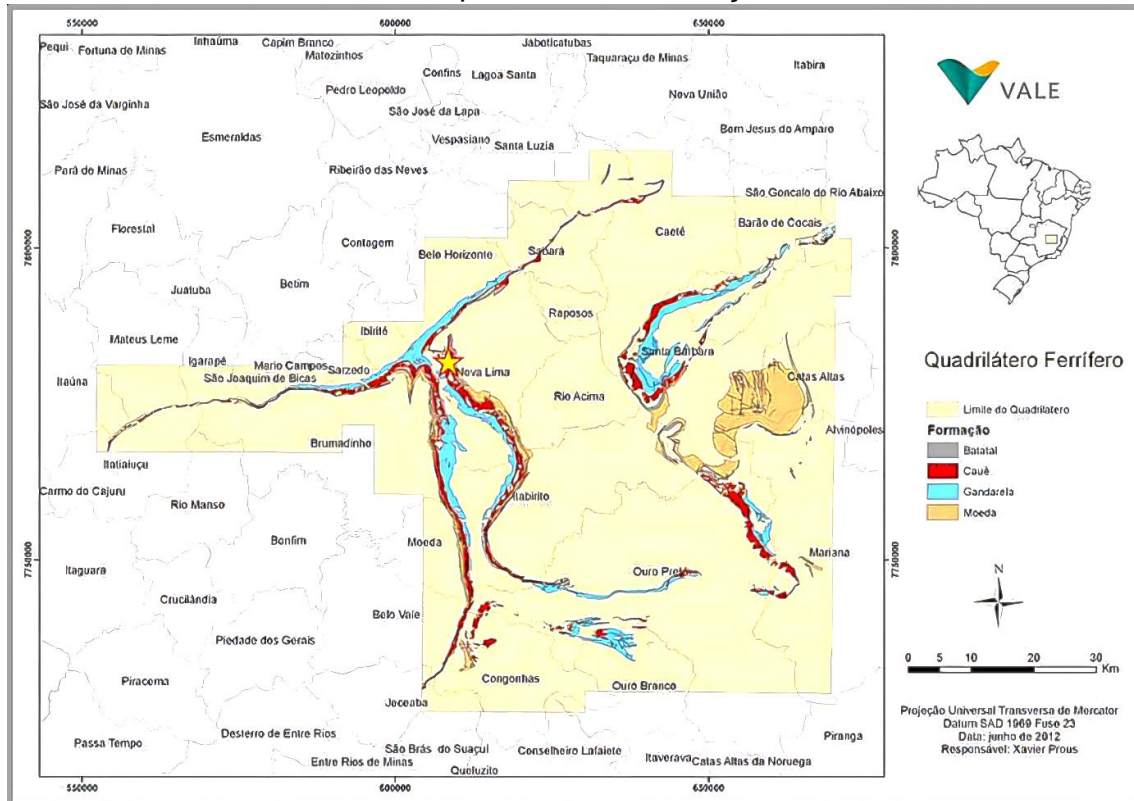
Nesse contexto, ao longo do século XIX houve não só tentativas de estabelecimento de companhias visando a exploração e o processamento do minério de ferro, como as tentativas realizadas por Eschwege em sua *Fábrica Patriótica* (Eschwege, 1979) durante o período Joanino no Brasil (1808-1822) e as usinas surgidas no Quadrilátero nas três últimas décadas do século XIX, nas proximidades de Itabira, Ouro Preto e Miguel Burnier, impulsionadas pela melhoria dos transportes proporcionada pela estrada de ferro (Baeta; Piló; Neves, 2012). As melhorias técnicas no campo da siderurgia, a chegada das linhas férreas e a demanda por matéria-prima despertaram o interesse não só por sociedades constituídas no Brasil, mas também por companhias estrangeiras, em particular inglesas, que já atuavam na exploração do ouro em Minas Gerais (Borsagli, 2017a).

A cidade de Belo Horizonte, vislumbrada, planejada e construída no sopé da Serra do Curral ao longo da última década dos anos 1800 não ocupou o sítio do antigo arraial do Curral del Rey por acaso. Considerada a borda norte do Quadrilátero Ferrífero, o complexo da Serra do Curral (Borsagli, 2011) se estende por cerca de noventa e três quilômetros na direção Leste-Oeste, e a construção da nova capital de Minas Gerais, realizada entre os anos de 1895 e 1897 visava locar o centro administrativo do Estado em uma posição que favorecesse não só a irradiação de influência política e econômica, mas também o controle da exploração do minério de ferro (Figura 1), uma vez que cerca de 63% das reservas de ferro do Brasil se encontram no Quadrilátero (Jesus, 2011).

Nesse contexto, dentre os quais se destacam as melhorias técnicas, logísticas e o interesse abrupto pelas jazidas mineiras, os trabalhos publicados pelo geólogo estadunidense Orville Adalbert Derby a respeito dos minerais encontrados em Minas Gerais e da sua alta qualidade impulsionaram a aquisição de terras nas duas primeiras décadas do século XX, em particular as jazidas compreendidas dentro do Quadrilátero

Ferrífero por consórcios industriais e siderúrgicos estrangeiros (Moraes, 2019), todos de origem estadunidense, inglesa, francesa e alemã, cujo direito de exploração do subsolo era garantido pelo artigo 72 da Constituição de 1891⁷.

Figura 1 - Mapa do Quadrilátero Ferrífero (2016). Em vermelho os depósitos de ferro, correspondentes a formação Cauê



Fonte: Zampaulo (2015); Xavier Prous/Vale - https://www.researchgate.net/publication/360932711_Compendio_Producao_Cientifica_Espeleologia_Vale_-_Volume_I_-_Ano_2016

O pleno conhecimento do subsolo mineiro por estrangeiros, em detrimento ao desenvolvimento siderúrgico brasileiro, levou a não ratificação de contratos de exploração, beneficiamento e transporte do minério e do aço durante o governo de Arthur Bernardes, tanto em âmbito estadual (1918-1922) e federal (1922-1926), que junto a crise econômica mundial de 1929 e os desdobramentos ocorridos no Brasil após 1930, quando ocorreu a tentativa de afastamento do modelo agrário-exportador e a ascensão de uma estrutura produtiva de base urbano-industrial, levou a uma

⁷ § 17. O direito de propriedade mantém-se em toda a sua plenitude, salva a desapropriação por necessidade, ou utilidade pública, mediante indenização prévia. As minas pertencem aos proprietários do solo, salvas as limitações que forem estabelecidas por lei a bem da exploração deste ramo de indústria. As minas e jazidas minerais necessárias à segurança e defesa nacionais e as terras onde existirem não podem ser transferidas a estrangeiros.

Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm

reestruturação da política mineral brasileira por parte do governo federal, das instituições voltadas ao setor com a reestruturação do Ministério da Agricultura e a criação do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) (Moraes, 2019), responsável pelos estudos sobre toda a questão mineral do Brasil.

Nesse sentido, em meio aos estudos para a exploração mineral, a compra de terras por sociedades estrangeiras, a instalação de siderúrgicas financiadas com capital estrangeiro nas proximidades de Belo Horizonte, como a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, e as tentativas do governo brasileiro para proteger o importante recurso, o governo de Getúlio Vargas sancionou, no ano de 1934 o Código de Minas (Decreto nº 24.642⁸), que instituiu diretrizes para a exploração minerária no Brasil.

Pouco tempo após o decreto, foi estabelecido pela nova Constituição que toda e qualquer exploração mineral empreendida no país, pesquisas e concessões só poderiam ser realizadas por empresas organizadas no Brasil e por seus cidadãos, anulando a flexibilidade da exploração do subsolo garantida pela Constituição de 1891. A mudança na política de exploração mineral no Brasil levou a uma rápida reação das companhias estrangeiras, que não pretendiam perder o acesso direto às jazidas minerais do Quadrilátero:

Poucos meses após o sancionamento do Código de Minas, mais precisamente em outubro de 1934 foi constituída a Companhia de Mineração Novalimense, visando à exploração das grandes jazidas pertencentes a St. John d'El Rey Mining Company, sócia majoritária da companhia recém-formada. As jazidas foram reclamadas pela mesma companhia no ano seguinte, incluindo ainda as terras dolomíticas das bordas da Serra do Curral, no limite dos municípios de Nova Lima e Belo Horizonte (Borsagli, 2017b, p.38).

A formação de uma companhia formalmente brasileira demonstra a assimilação pelas companhias estrangeiras da nova ordem política no Brasil, que nas palavras de Skidmore (2007) era de notável precariedade apesar da Constituição de 1934 conter em suas páginas pensamentos e posições tanto dos constitucionalistas liberais, quanto dos tenentes, defensores do reformismo socioeconômico que deveria ser conduzido pelo Estado. Havia ainda a questão da radicalização política e ideológica que sugeria a nacionalização das empresas estrangeiras, ou seja, em meio ao turbilhão radical que caracteriza o período entreguerras, a formação de uma companhia brasileira de base estrangeira foi a solução encontrada para que se

⁸ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d24642.htm

atendesse ao Código de Minas, evitando ainda o risco de se perder o direito de exploração das jazidas do Quadrilátero.

Como observado por Borsagli (2017b) visando a exploração das jazidas localizadas na Serra do Curral e na Serra de Cata Branca (Itabirito), a companhia inglesa transferiu no ano de 1938 para a Cia Mineração Novalimense as jazidas de minério de ferro com o intuito de garantir a exploração futura por uma companhia supostamente brasileira.

Os anos seguintes se caracterizam não só pela flexibilização das leis que restringiam a participação estrangeira nas explorações minerais no país, mas também pelos Acordos de Washington, com a participação conjunta do governo estadunidense, no qual o governo brasileiro recebeu de volta as jazidas de ferro que se encontravam em poder das companhias inglesas criando, pelo Decreto-Lei nº 4.352, de 1º de junho de 1942⁹, a Companhia Vale do Rio Doce.

Um ano antes, em conformidade com o interesse dos Estados Unidos pelas jazidas minerais brasileiras Getúlio Vargas, através do Decreto-Lei nº 3.553 passou a ter plenos poderes para permitir a participação de capitais estrangeiros em sociedades de mineração. Sabia-se que a guerra não iria durar muito tempo, e o governo norte-americano se aproveitou não só da fragilidade britânica, mas também das cessões brasileiras perante a pressão de Washington para salvaguardar os seus interesses no território brasileiro.

Ao mesmo tempo em que as pesquisas geológicas no quadrilátero eram realizadas em parceria com os Estados Unidos, o governo estadunidense enviou nos anos de 1943/1944 emissários do Escritório de Serviços Estratégicos (OSS), precursor da Agência Central de Inteligência (CIA) a Minas Gerais para que realizassem os primeiros estudos a respeito do Estado¹⁰, e em particular observar *in loco* as jazidas de ferro do Quadrilátero Ferrífero.

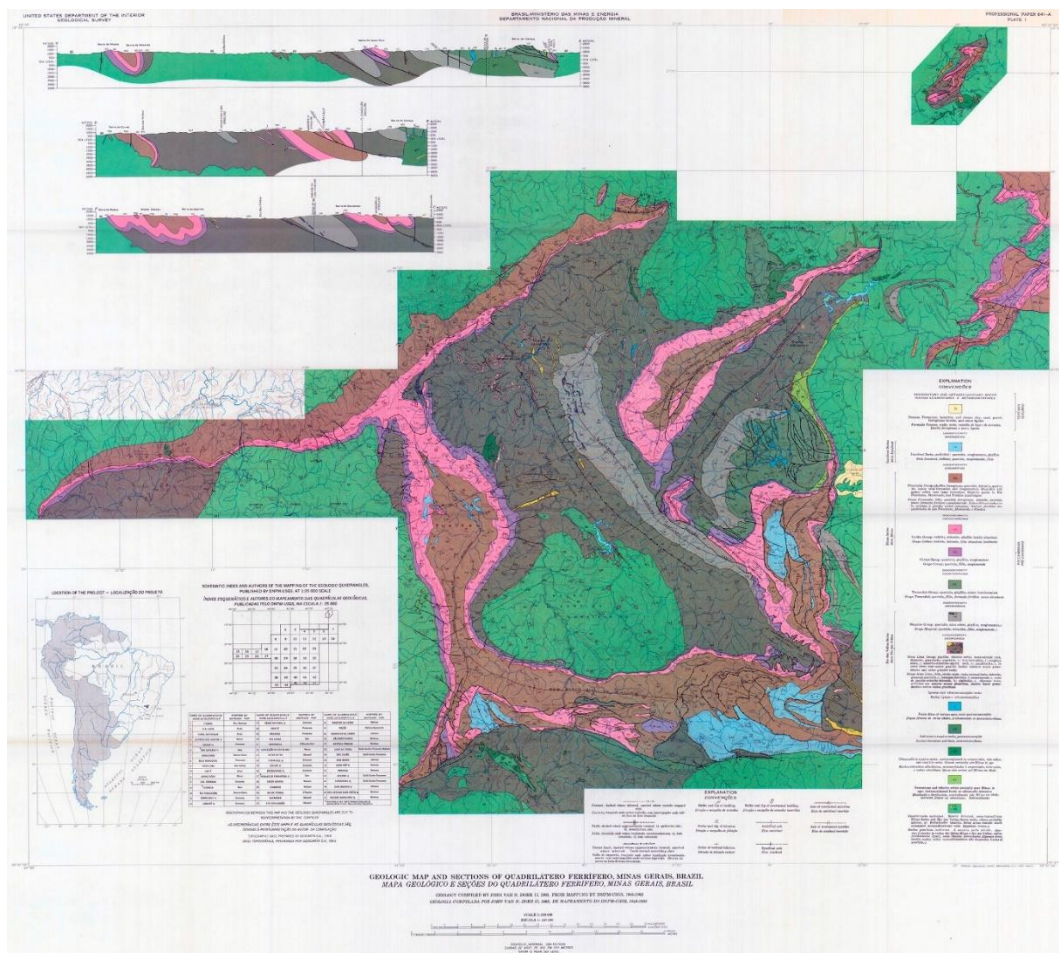
No ano de 1948 foi assinado o *Acordo Intergovernamental Brasil-Estados Unidos* no qual foi ajustado a realização de estudos sobre o Quadrilátero Ferrífero, que seriam conduzidos pelo DNPM e pelo United States Geological Survey (USGS) de maneira conjunta, sob o patrocínio do governo dos Estados Unidos. Em função

⁹ <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4352-1-junho-1942-414669-republicacao-68227-pe.html>

¹⁰ Na década de 1940 foi produzido pela OSS um pequeno documentário a respeito do Estado de Minas Gerais e os seus depósitos de ferro, disponibilizado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos há pouco mais de uma década atrás: <https://www.youtube.com/watch?v=70K2nM8KBwY>.

desse acordo, é criado, na Embaixada dos Estados Unidos no Brasil, o cargo de Adido Mineral (Mata Machado, 2003). As análises foram concluídas no ano de 1950 com a elaboração do *Mapa Geológico e seções do Quadrilátero Ferrífero* (Figura 2) pelo Serviço Geológico dos Estados Unidos (USGS), em parceria com o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), realizado entre os anos de 1948 e 1949.

Figura 2 - *Mapa Geológico e seções do Quadrilátero Ferrífero*, elaborado pelo USGS e DNPM a partir dos estudos realizados nos anos de 1948 e 1949. O mapa bilíngue foi impresso e distribuído pelo Departamento do Interior dos Estados Unidos



Fonte: Acervo USGS - <https://pubs.usgs.gov/pp/0641a/plate-01.pdf>

Nesse contexto, fica claro que a geopolítica do minério de ferro sofreu mudanças significativas nas décadas de 1930 e 1940. Antes sob controle majoritariamente britânico, a Segunda Guerra Mundial e a necessidade de abertura de crédito pela Inglaterra para que pudesse comprar minério de ferro do Brasil, visando o abastecimento de sua indústria bélica sem ter que efetuar o pagamento no momento da aquisição possibilitou aos Estados Unidos se tornar o avalista para o

fornecimento de minério para seu aliado, mas também a oportunidade de firmar acordos e parcerias visando o controle da exploração das jazidas de Minas Gerais após o término da guerra, cuja pureza do minério de ferro era de suma importância para a produção bélica, no exato momento em que a Guerra Fria se consolidava em âmbito global.

Ainda que companhias estrangeiras como a Belgo Mineira (de origem belgo-luxemburguesa) e a Mannesmann (de origem alemã) se instalassem nas proximidades de importantes – e pontuais jazidas de minério de ferro entre as décadas de 1920 e 1950, a sua presença não afetou de maneira direta os planos estadunidenses, que tendo em mãos as análises e os estudos realizados pela USGS, pleiteou ao longo da década de 1950 o direito de exploração das jazidas de ferro próximas a cidade de Belo Horizonte.

Nesse sentido, para viabilizar não só a exploração mineral das jazidas de ferro, mas também manter o seu protagonismo perante a questão mineral, os Estados Unidos firmaram com o segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) um acordo que visasse o desenvolvimento econômico do Brasil através de uma comissão formada por técnicos dos dois países, com o objetivo de elaborar projetos nas áreas de infraestrutura de transportes (ferroviário e portuário) e energia elétrica e assim incentivar o fluxo de investimentos públicos e privados, nacionais e estrangeiros.

Os recursos em dólar viriam do Export-Import Bank (EXIMBANK) e do Banco Mundial (BIRD). A contrapartida em cruzeiros saíria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), criado em 1952 para tal finalidade. Entre os técnicos brasileiros, membros da comissão figuravam o engenheiro Lucas Lopes e o economista Roberto Campos (Mata Machado, 2003), personagens que tiveram notável participação nas questões políticas brasileiras e na exploração mineral nas décadas seguintes.

Hanna Mining Co e a nacionalização das jazidas de ferro pelo governo João Goulart

A flexibilização do Código de Minas consentida pelo Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) visando a participação direta de grupos estrangeiros na exploração mineral acabou por atrair grandes empresas que desejavam as riquíssimas jazidas do Quadrilátero Ferrífero, destacando-se a empresa estadunidense *Hanna Mining Co.* fundada no ano de 1840 no estado de Ohio,

empresa que já havia recebido licença para explorar as minas de bauxita de Poços de Caldas no ano de 1955 sob o nome de *Mineração Hanna do Brasil Ltda*¹¹.

Um evento ocorrido no Rio de Janeiro no ano de 1956 certamente contribuiu para o temor estadunidense de não ter o quase monopólio da exploração do ferro no Brasil: o Congresso Nacional de Defesa dos Minérios, que contou com a participação de vários setores da sociedade civil, magistrados, das forças armadas, dirigentes sindicais, técnicos e políticos. Defendia não só a incrementação do transporte ferroviário entre as minas de ferro e os portos, visando o aumento da exportação para todos os países que desejavam comprar o minério de ferro brasileiro, em particular diversos países que integravam o bloco soviético, mas também fortalecer os municípios cujas minas se encontravam em seus limites, a partir do aumento da porcentagem dos royalties gerados pela exploração mineral.

O evento foi organizado pela Liga de Emancipação Nacional (LEN), fundada no ano de 1954, com o objetivo de defender as liberdades democráticas, a nacionalização das fontes de energia elétrica e da distribuição do petróleo, a reformulação da política cambial e fiscal, a promoção de uma reforma agrária e um desenvolvimento econômico independente do país (FGV, 2024). A LEN foi fechada por um decreto de Juscelino Kubitschek poucos dias após a realização do Congresso¹², a partir de um processo instaurado pela Cruzada Brasileira Anticomunista.

A possibilidade do acesso de países integrantes do bloco soviético a um minério de altíssima qualidade, como o ferro das jazidas mineiras, certamente levou ao aumento da pressão sobre o governo brasileiro exercidas pelos EUA a partir de 1957 e incentivadas mesmo por membros do governo como Lucas Lopes¹³, que enviou em julho desse mesmo ano um estudo que aconselhava o Governo Federal a adotar uma política de aumento das exportações com base na iniciativa privada,

¹¹ Os sócios da mineração eram além da Hanna (exploração e produção de ferro), a Nacional Steel (produção de aço), Consolidation Coal Company (carvão) e a Chrysler (indústria automobilística).

¹² Para saber mais a respeito do Congresso, realizado entre os dias 9 e 11 de junho de 1956, recomenda-se a consulta ao Dossiê que se encontra sob a guarda do Museu da República (RJ), cód. Referência BR RJMRAHI EAC-IMP-007.

¹³ Lucas Lopes (1911-1994) foi um engenheiro e político que ocupou diversas funções públicas durante a vida. Dentre os cargos destaca-se a presidência da CEMIG durante o mandato de Juscelino Kubitschek (JK) no governo de Minas Gerais, a participação, junto com Roberto Campos, da chefia do Plano de Metas de JK na presidência da república e a participação na criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) do qual foi presidente entre os anos de 1956 e 1958, deixando o cargo para Roberto Campos ao assumir o Ministério da Fazenda. Foi, a partir de 1962 consultor e diretor da Hanna no Brasil, atuando diretamente na política mineral brasileira, agindo sempre a favor dos interesses estrangeiros na questão. Faleceu no ano de 1994. Fonte: Diniz (2008).

nacional e estrangeira que fosse capaz de extrair o minério a baixo custo, embarcá-lo via instalações próprias e eficientes, e colocá-lo com preços competitivos nos centros de consumo por meio de acordos de longo prazo firmados com os próprios consumidores (Mata Machado, 1978).

Moraes (2019), ao abordar a questão da participação estrangeira na exploração mineral, apresenta informações importantes sobre os apontamentos feitos por Lopes com o intuito de reformular a política de minérios afim de permitir a plena participação de estrangeiros no setor, citando o exemplo do Amapá, cujas reservas da Serra do Navio estavam sendo exploradas pela Indústria e Comércio de Minérios S.A. (ICOMI):

Nossa riqueza mineral oferece possibilidades de exportação que não temos sabido aproveitar em escala devida. Tem nos faltado a largueza de visão e decisão firme no problema de exportação de nosso minério de ferro e só agora começamos a explorar, em grande estilo, nossas imensas reservas de manganês do Amapá. É chegado o momento de uma revisão completa dos nossos planos de exportação de minério e da fixação de uma política e um programa objetivos nesse setor (...) (Lopes *apud* Moraes, 2019, p.243).

José Maria Alkmin, ministro da Fazenda e futuro vice presidente do Brasil (1964-1967) no ano de 1957, em consonância com os interesses estadunidenses, também defendeu as alterações na política de exploração e exportação de minérios, acabando por contribuir para a ideia de que o Brasil não conseguiria explorar e comercializar seus recursos minerais sem ajuda estrangeira:

Não possuímos posição competitiva no mercado mundial que torne nosso minério de alto forno objeto de preferência pelos grandes consumidores. Para garantir sua colocação em larga escala e por tempo indefinido é indispensável que associemos, a nossas atividades de produtores, os capitais das entidades consumidoras. Para a exportação de grandes massas de minério, são indispensáveis grandes investimentos em mineração, transporte terrestre, transporte portuário e transporte marítimo. Esses investimentos têm que ser, normalmente, vinculados a acordos de fornecimento de minério a longo prazo e à garantia de cambiais para os serviços financeiros respectivos (Pereira, 1967, p.55).

Nesse contexto, visto o cenário favorável para a exploração mineral no Brasil proporcionada pela administração Juscelino Kubitschek, nos primeiros meses do ano de 1958 a Hanna Mining, que também obteve autorização para atuar no país sob o título de *Mineração Hannaco Ltda* adquiriu em Londres as ações da *St. John del Rey*

Mining Co., visando o acesso às riquíssimas minas de ferro com cerca de dois bilhões de toneladas de minério de alto teor das montanhas¹⁴.

Como observado por Borsagli (2017b), poucos meses após a aquisição do centenário grupo inglês, foi firmado um contrato entre a Hannaco, St. John del Rey e Cia Novalimense, cuja companhia inglesa era acionista majoritária para a exploração mineral das jazidas pertencentes as duas últimas que ficaria sob responsabilidade do grupo estadunidense. Após o acordo firmado entre o mesmo grupo foi criada a Mineração Curral del Rey LTDA, pertencente a St. John del Rey. A extração de minério de ferro chegava a Belo Horizonte, e com ela sondagens que ameaçavam a integridade das montanhas e dos mananciais que abastecem a capital mineira.

Diante da ameaça da Hanna às serras que emolduram Belo Horizonte, o governador de Minas Gerais, José Francisco Bias Fortes, solicitou no ano de 1958 ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) – atual IPHAN - o tombamento da Serra do Curral, borda norte do Quadrilátero Ferrífero,

(...) em face das obras de pesquisa de minério de ferro pela firma Hanna Corporation, nas proximidades da referida Serra, as quais importarão no seu desaparecimento (...) bem como os sítios e paisagens são susceptíveis de tal medida, quando dotados pela natureza de uma feição notável e inconfundível. Será desnecessário que nos percamos em considerações estéticas para acentuar a beleza da Serra do Curral, com sua silhueta inconfundível e bem característica, tão ligada à nossa Capital (Mata Machado, 2003, p.12).

Os estudos e sondagens realizadas pela Hanna levaram ao tombamento em nível federal da Serra do Curral, ocorrido no dia 21 de setembro de 1960 após solicitação do governador José Francisco Bias Fortes por meio do departamento jurídico do Estado, sendo reconhecido como um bem do patrimônio artístico nacional. Ainda assim, face a legislação vigente e a anuência federal, os estudos continuaram de modo a possibilitar a exploração mineral da serra, ressaltando que o município de Belo Horizonte era o proprietário da superfície do maciço¹⁵.

Ao que tudo indica, como observado por Borsagli (2017b), o poder público municipal não estava preocupado em manter a integridade da serra, uma vez que foi

¹⁴ Para uma melhor compreensão dos processos que levaram a exploração do minério de ferro pelas companhias estrangeiras/brasileiras, recomenda-se a leitura de Borsagli (2017a), que trata da questão mineral com ênfase à Serra do Curral, e as matérias veiculadas pela Revista Três Tempos (números 2 e 15/1962), que realizou ampla cobertura dos processos que levaram a exploração mineral do Quadrilátero nos municípios de Belo Horizonte e Nova Lima.

¹⁵ Informações para acesso ao documento de tombamento, que se encontra na Superintendência do IPHAN em Belo Horizonte: *Conjunto paisagístico do pico e da parte mais alcantilada da Serra do Curral*; processo 591-T-958; inscrição 29-A, folha 8 de 21/09/1960.

contra o tombamento da serra e em consequência as reservas de ferro que pertenciam ao município, mirando a exploração futura e o incremento do sofrido erário municipal da capital mineira.

Nessa conjuntura, no auge da Guerra Fria era explícito os interesses das grandes potências mundiais nas riquezas minerais do Quadrilátero. Os Estados Unidos já haviam tomado conta do que se encontrava sob a aura britânica desde o século XIX. A Alemanha já havia se instalado na região e a França empreendia estudos claramente estratégicos sobre o Estado, ou seja, uma riqueza cobiçada por todos.

De acordo com o Ministro da Fazenda Lucas Lopes (1958-1959), Juscelino Kubitschek entrevistou diretamente na questão mineral (Borsagli, 2017b), visando possibilitar a exploração dos maciços ferríferos pelos estadunidenses, contribuindo para a difusão de uma ideia na qual o Brasil não possuía condições de explorar suas jazidas minerais.

A plena participação de nacionais na exploração mineral já não era mais prioridade e Lucas Lopes, que após deixar o Ministério da Fazenda se tornou consultor da CONSULTEC, empresa responsável pela elaboração dos projetos da Hanna, enviou ao presidente do Conselho Nacional de Segurança Nacional, general Nelson de Mello a seguinte mensagem:

(...) um grupo de planejamento do qual sou consultor, foi procurado por representantes da Hanna Co., a fim de obter orientação econômica e técnica para a execução de um programa de exportação de minério de ferro (...) Gostaria, outrossim, de informar ao prezado amigo que a organização da qual sou consultor se dedica exclusivamente a planejamentos e serviços técnicos, figurando em seus contratos cláusulas em que se exime de qualquer ingerência ou entendimentos com agências governamentais (...) Espero que essas considerações sejam úteis a sua informação pessoal e possam, eventualmente, constituir elementos de juízo de uma decisão formal (...) O presidente (Juscelino Kubitschek) disse-me ficar grato por tudo que fosse feito em favor dos minérios de Morro Velho” (Lopes *apud* Mata Machado, 2003, p.16).

Frente às mudanças que poderiam ocorrer após o governo JK, e que realmente aconteceram no que diz respeito a questão mineral, Lucas Lopes, Roberto Campos e Mário Pinto, todos da CONSULTEC, realizaram ao longo do mês de fevereiro de 1960 inúmeras reuniões com políticos, entidades e autoridades vinculadas a exploração e exportação do minério de ferro, resultando em um projeto intitulado “projeto de exportação de minério de ferro”, encomendado pela Hanna com o intuito de obter um

grande empréstimo nos EUA para financiar a empreitada mineral no Brasil (Moraes, 2019).

Paralelamente às intenções da Hanna, em junho de 1960 foi instalada na Câmara dos Deputados uma Comissão Parlamentar de Inquérito para estudar a questão da exploração mineral do Brasil, frente o aumento da participação estrangeira e as concessões dadas durante o governo JK para a Hanna. A criação da CPI estava em consonância com os discursos nacionalistas proferidos por Jânio Quadros, que durante sua campanha para a presidência da república afirmou por diversas vezes que não pretendia conceder a empresas estrangeiras autorização para a exploração do ferro no Brasil:

Quero o crescimento da CVRD, que há de explorar com exclusividade o minério de ferro de Minas. Não queremos que firmas estrangeiras explorem os nossos minérios e levem para fora os lucros. Todas as riquezas serão exploradas pelos brasileiros. Se alguém quiser entender as minhas palavras como alusão à Hanna, que entenda. Eu me refiro é a ela mesmo! (Quadros *apud* Mata Machado, 1978, p.21).

A chegada de Jânio Quadros à presidência da república não foi vista com bons olhos pelas empresas encabeçadas pela Hanna, pelos Estados Unidos e por diversos setores da economia e da sociedade brasileira alinhados com os ideais estadunidenses, interessados em obter maiores vantagens à custa da subserviência do Estado brasileiro. A questão fica evidente ao analisar as correspondências entre o Departamento de Estado dos EUA, os seus interlocutores em território brasileiro e a própria Embaixada do Brasil, questionada por diversas vezes sobre as evadidas do presidente brasileiro em estabelecer contato direto com os estadunidenses (EUA, 1961), um claro sinal da mudança de postura de Quadros perante a política nacional e internacional durante e após a campanha eleitoral de 1960.

Skidmore (2007) observa que Jânio endossava a fórmula neoliberal para que o Brasil se desenvolvesse economicamente, criando oportunidades para que recebesse investimentos estrangeiros. No entanto, no decorrer do ano de 1960 tornou-se evidente que ele estava se afastando desse modelo, ao mesmo tempo em que passou a não se alinhar com nenhuma das grandes potências mundiais.

Logo nas primeiras semanas que sucederam à posse de Jânio, foi posta em vigor uma nova política de exportação do minério de ferro, tendo como base:

- todo o lucro obtido com a exportação deve ser reinvestido na indústria siderúrgica, em particular na produção de aço;
- a Companhia Vale do Rio Doce deverá ser protegida de concorrências desleais, sendo-lhe dado o direito de preferência para comprar e vender minério de qualquer exportador, cujo preço for inferior ao corrente no mercado;
- o transporte ferroviário deverá ser executado por empresa do Estado, sem subsídio e mediante um frete suficiente para cobrir os custos operacionais.

Nesse contexto, a crescente busca por uma nova tentativa de nacionalização da exploração mineral, tendo como pano de fundo uma Guerra Fria em seu ápice, onde tudo e todos que se encontravam fora da esfera de influência dos EUA eram tidos como ameaça à liberdade - dentro dos conceitos liberais veiculados de acordo com os seus interesses, tomando para si a responsabilidade de proteção do “mundo livre capitalista”, os Estados Unidos, aos poucos, passaram a intervir na política interna, na economia e nos meios de comunicação, de modo a proteger os seus interesses (Barros, 2015).

Nessa premissa, inúmeros documentos históricos relacionados as decisões tomadas pelos Estados Unidos, no que diz respeito às políticas externas e a diplomacia no Brasil, corroboram que a figura de Jânio e as suas posições políticas eram motivos de preocupação do Governo estadunidense, uma vez que no campo da geopolítica, o brasileiro mostrava um pendor para o estabelecimento de uma política externa independente, fato observado pelo então embaixador John Moors Cabot ao se deparar com uma foto de Josip Broz Tito, presidente da Iugoslávia, sobre a mesa do presidente brasileiro no ano de 1961 (EUA, 1961).

Em alinhamento com o pensamento difundido por Alkimin e Lopes nos anos de 1957 e 1958, no qual o Brasil precisaria de auxílio externo para explorar, transportar e comercializar o seu minério de ferro, o jornal “Diário de São Paulo” publicou em fevereiro de 1961 uma matéria intitulada “Minério de ferro: fonte de divisas”, afirmando que apenas a iniciativa privada tinha condições de explorar e exportar o minério de ferro:

Parece-nos, portanto, que o problema do Brasil, neste instante em que as divisas externas se situam acima das nossas disponibilidades de divisas cambiais, reside em estimular a principal fonte produtora de dólares que possuímos depois do café. Mas, evidentemente, não podemos e nem devemos fazê-lo dentro da estreiteza do estatismo

econômico, preconizado pelo 'nacionalismo' aspeado, e sim mediante a abertura desse campo inteiramente à iniciativa privada, caso esta esteja em condições de realizar os vultosos investimentos necessários a um impulso forte e decidido na extração e exportação do minério de ferro" (Diário de São Paulo *apud* Mata Machado, 2003, p.22).

Nesse contexto de concessões, acordos nebulosos e relações de poder no mínimo suspeitas, o país entrou no ano de 1962 em meio a um turbilhão político deflagrado a partir da renúncia de Jânio Quadros. O ex-presidente recebera em 17 agosto de 1961, ou seja, oito dias antes da sua renúncia um relatório acompanhado de vinte e um pareceres jurídicos, que expôs as irregularidades nas concessões para exploração das jazidas de minério de ferro do Quadrilátero Ferrífero, cuja averbação foi cancelada em 1962 a mando do ministro de Minas e Energia Gabriel Passos¹⁶, que determinou a desapropriação das lavras cassadas após a conclusão dos trabalhos da CPI, rechaçadas por Glycon de Paiva, engenheiro e diretor da ICOMI que chegou a afirmar que, caso o Estado aumentasse a sua atuação no setor mineral, os consumidores estrangeiros não negociariam com o país (Moraes, 2019).

O relatório apontou ainda diversas irregularidades nos estudos técnicos relacionados à exploração das jazidas abaixo relacionadas, a maioria delas pertencente a região do Quadrilátero Ferrífero:

As empresas que se julgam detentoras dos direitos às jazidas de Águas Claras (Cia. de Mineração Novalimense), Capão do Xavier (Cia. de Mineração Novalimense), Mutuca III (Mannesmann), Pico do Itabirito, Cata Branca (Novalimense e Icominas), Pitangui (Sobramil), São Luis, Bananal (Jair Porto) estão em situação legal irregular conforme demonstrado neste relatório, não estando, portanto, legalmente habilitados a pesquisar e lavar os depósitos respectivos. (Moraes, 2019, p.265).

As lavras desapropriadas passaram a integrar uma sociedade cuja União seria sócia majoritária, ao mesmo tempo em que novamente se tencionava em alterar a política de exportação de minério de ferro, gerando grande intranquilidade aos diretores da Hanna (Mata Machado, 2003), como se lê no telegrama enviado por Lucas Lopes, agora presidente da Cia Novalimense de mineração:

Informo V. Exa. Despacho ministro minas, Diário Oficial 19 corrente, representando expropriação direitos minerais Cia Mineração

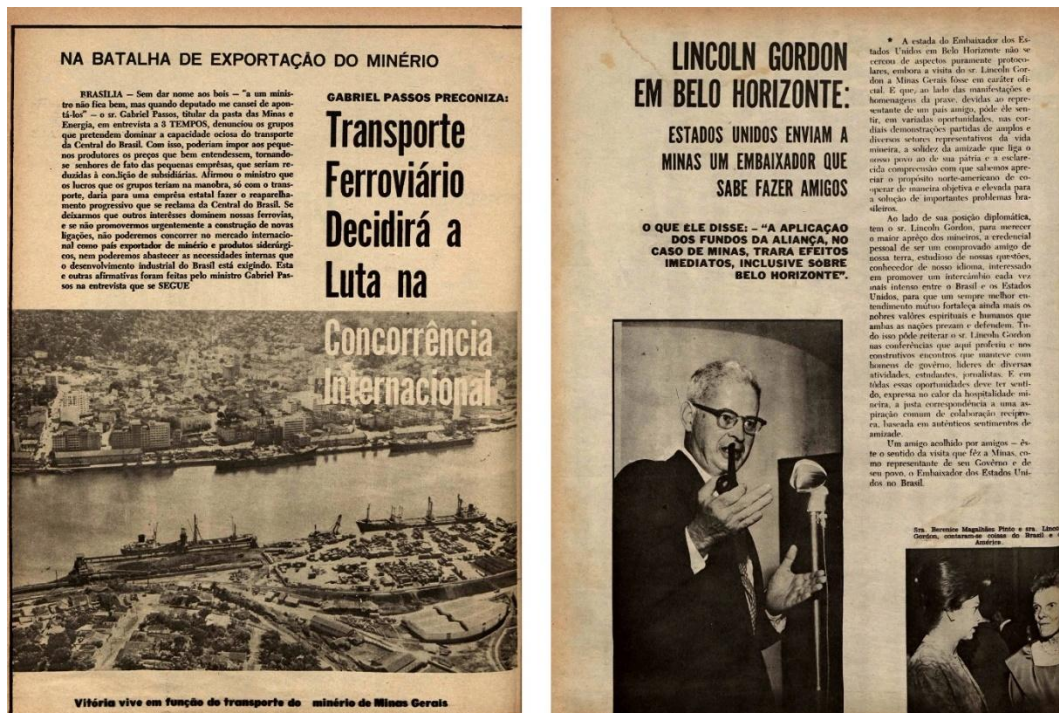
¹⁶ Gabriel de Rezende Passos (1901-1962) foi um professor, político e advogado mineiro, que atuou como Procurador Geral da República de Getúlio Vargas entre os anos de 1936 e 1945. Exerceu ainda o cargo de deputado federal durante três mandatos, assumindo no ano de 1961 o Ministério da Minas e Energia, falecendo em junho de 1962 no Rio de Janeiro durante o exercício do cargo. Fonte: Memorial da Eletricidade (<https://memoriadaeletricidade.com.br/acervo/31151/gabriel-passos>).

Novalimense sem qualquer base legal representará violento choque opinião pública brasileira e norte-americana. Solicitei primeiro ministro sustar execução medida ilegal julgando meu dever comunicar fato prezado amigo, na certeza de que evitará que ato tão impensado e arbitrário marque seu governo irreparável erro jurídico e político. Atenciosas saudações. Lucas Lopes, Presidente Cia Novalimense (Lopes *apud* Mata Machado, 2003, p.30).

Lincoln Gordon, embaixador dos EUA no Brasil também enviou telegramas similares ao Presidente João Goulart, protestando conta o cancelamento das concessões minerais e a suspensão imediata da exploração mineral, considerando um atentado as medidas tomadas contra uma empresa estadunidense.

A cassação da concessão de exploração das jazidas de ferro deu sobrevida ao perfil da Serra do Curral e as montanhas do Quadrilátero, ressaltando que o embaixador estadunidense (Figura 3) visitou a capital mineira no mês de maio de 1962, sendo recebido pelo Governador Magalhaes Pinto e por diversos segmentos da sociedade que louvavam a *aliança para o progresso*, motivo alegado para sua visita a Belo Horizonte de acordo com Borsagli, (2017b).

Figura 3 - Geopolítica em ação: matérias da *Revista Três Tempos*, dos meses de março (E) e maio (D) de 1962 a respeito da nacionalização das jazidas de minério de ferro, da importância do transporte para o setor mineral e a visita de Lincoln Gordon a Belo Horizonte, ocorrida quatro semanas antes da cassação das concessões dadas à Hanna.



Fonte: Acervo Hemeroteca Histórica de Minas Gerais
<https://www.bibliotecapublica.mg.gov.br/hemeroteca/>

Nesse contexto, é importante observar que a presença de Lincoln Gordon em Minas Gerais é emblemática, em um momento crucial para que os interesses dos Estados Unidos, representados pela Hanna e por seus associados fossem garantidos. Magalhães Pinto, um dos principais articuladores do golpe de 1964 reuniu-se com o embaixador e possivelmente se discutiu a possibilidade do apoio direto dos EUA em um golpe militar contra João Goulart e a devolução das concessões de exploração mineral cassadas pelo governo federal.

Fica claro que, a partir desse momento, consolidou-se no Brasil a latino-americanização da Guerra Fria, uma vez que a Revolução Cubana e o estreitamento das relações com a União Soviética podem ser consideradas o início das intervenções estadunidenses na América Latina, dentre as quais se destacam a frustrada invasão da Baía dos Porcos (1961) e a crise dos mísseis (1962), ressaltando que tratados como o Tratado Interamericano de Aliança Recíproca (TIAR) ou o “Pacto do Rio de Janeiro”, assinado no ano de 1947 pela grande maioria dos países do continente americano já permitia aos Estados Unidos intervirem nos países vizinhos caso os mesmos se tornassem uma ameaça aos seus interesses (Domingos, 2016).

O modelo revolucionário cubano havia se tornado um exemplo para os países latino-americanos que possuíam células de contestação à política externa estadunidense que influenciava diretamente nos rumos das nações do continente americano. E a ascensão de Jânio ao poder aumentou ainda mais o temor estadunidense de perder o seu principal aliado no continente, uma vez que a implementação de uma política externa de cunho independente prejudicaria os seus múltiplos interesses na região.

A renúncia de Quadros potencializou a incerteza dos rumos em que o Brasil tomaria, uma vez que João Goulart manteve a mesma postura independente pleiteada pelo governo anterior, incrementada pelo vislumbre de se conseguir implementar um projeto de cunho nacional-reformista no país (Domingos, 2016). Obviamente, esse cenário não favorecia os interesses estadunidenses no país, fato que pode ser comprovado através das mensagens trocadas entre Washington e a Embaixada dos Estados Unidos no Brasil durante os governos de John F. Kennedy (1960-1963) e Lyndon Johnson (1963-1969), na qual uma boa parte dos memorandos, telegramas e relatórios então confidenciais¹⁷ consistem de análises e observações a respeito da

¹⁷ Os documentos podem ser consultados no endereço <https://history.state.gov/historicaldocuments>.

situação/posição brasileira, sendo que muitos deles constam as análises acerca do caso Hanna e do antiamericanismo que estava tomando conta do país (Bird, 1992).

A reunião de Gordon com o presidente dos EUA John Kennedy, ocorrida em 30 de julho de 1962 (Rouquié, 1987), pouco mais de dois meses após a visita do embaixador a Minas Gerais e quarenta e cinco dias após a decisão de Gabriel Passos foi crucial para que o embaixador apoiasse e contribuísse de maneira direta para o golpe de Estado. Existia um temor de que o minério de ferro brasileiro, de grande importância bélica pela sua qualidade, fosse explorado e vendido para a União Soviética, portanto, era crucial a defesa dos interesses das empresas estadunidenses e do próprio Estados Unidos no território brasileiro.

É importante observar ainda que uma quantidade considerável de indivíduos envolvidos no golpe e/ou nos governos militares se encontravam durante o governo de Goulart em cargos de alto escalão, fato que pode ser observado no quadro de membros da CONSULTEC:

Alguns dos principais membros da CONSULTEC que possuíam ligações com o setor da mineração eram: Roberto Campos – presidente do BNDE, membro do Conselho de Desenvolvimento (ligado diretamente à Presidência da República), do Grupo de Exportação de Minério de Ferro (GEMF) e da Hanna Mining; Lucas Lopes – Membro do Conselho de Desenvolvimento, Presidente do BNDE (posteriormente, Ministro da Fazenda) e diretor da Hanna Mining (Cia Novalimense); J. L. Bulhões Pedreira – diretor da Comissão de Planejamento do governo (COPLAN), consultor do BNDE, diretor da Rede Ferroviária Federal e da Hanna Mining; Mário da Silva Pinto – diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral, membro da Comissão de Estudos e Projetos Administrativos da Presidência, assessor técnico da Carteira de Comércio Exterior do Brasil (CACEX) e do GEMF; Glycon de Paiva – geólogo, ex-diretor da Companhia Vale do Rio Doce e ex-presidente do BNDE; João Batista Pinheiro – diretor do BNDE, membro do corpo diplomático do Itamaraty e do GEMF; O. Gouveia de Bulhões – membro da Superintendência de Moeda e Crédito (SUMOC) e do GEMF; A. Abreu Coutinho – membro do GEMF e chefe de divisão da SUMOC encarregada do setor da Balança de Pagamentos; além de Arnaldo Walter Blanc – ligado à Bethlehem Steel – e Jorge Schilling, diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil (Moraes, 2015, p.6).

A cassação das concessões, a nacionalização das jazidas, a busca por alternativas que viabilizassem a exploração, transporte e exportação do ferro perante um Governo que buscava defender o patrimônio mineral do país, e a dupla atuação dos membros da CONSULTEC podem ser considerados de notável importância dentro da trama empresarial-militar-golpista que, apoiada pelos Estados Unidos de

maneira direta¹⁸, conseguiu derrubar o governo de João Goulart no dia 01 de abril de 1964, abrindo caminho para uma reviravolta no caso Hanna.

O GOLPE DE 1964 E A REVIRAVOLTA NA EXPLORAÇÃO MINERAL NO BRASIL

A questão Hanna e suas jazidas no Quadrilátero Ferrífero, nacionalizadas pelo Governo Federal a partir das irregularidades encontradas na concessão das licenças para exploração mineral (Borsagli, 2017b) sofreu uma notável reviravolta após o sucesso do golpe de Estado consumado no mês de abril de 1964.

Poucas semanas antes do golpe, no final do mês de fevereiro de 1964 Goulart se reuniu com o banqueiro e conselheiro estratégico do governo estadunidense John J. McCloy, que havia vindo ao Brasil para tratar pessoalmente da questão das concessões para que a Hanna pudesse explorar as jazidas de Minas Gerais. McCloy já sabia que o planejamento para um golpe já estava em curso (Bird, 1992), no entanto acreditava que seria vantajoso fechar um acordo para a exploração das jazidas minerais. Para se ter ideia, a situação havia chegado ao ponto de se ver nas ruas do Rio de Janeiro cartazes com os dizeres “Fora Hanna” (Bird, 1992).

McCloy apresentou ao Presidente brasileiro duas propostas: a primeira proposta consistia de um investimento de 18 milhões de dólares para a construção de um terminal marítimo de minério e carvão na costa brasileira, sob condição de a Hanna obter permissão para exploração das jazidas de minério de ferro.

A segunda proposta consistia no arrendamento a um custo nominal de 50 por cento as suas atuais reservas de minério de ferro para uma empresa na qual a Hanna seria acionista minoritária (Bird, 1992). Fica claro nas duas propostas que a Hanna manteria o controle das jazidas concedidas a ela, ao mesmo tempo em que o Governo seria responsável pela fiscalização das minas concedidas ao grupo estadunidense.

A negociação não chegou a ser concretizada, uma vez que o Comício da Central, realizado no mês de março, as nacionalizações anunciadas e os eventos que antecederam o golpe levaram a estagnação do acordo e a participação direta da Hanna na “Operação Brother Sam”, dando assistência aos militares que se

¹⁸ Pereira (1967) faz importantes observações e um paralelo com a golpe de 1964 a partir do Editorial do jornal *New York Times* de 08 de setembro de 1963: “apenas governos militares serão capazes de manter a ordem na América Latina e que os Estados Unidos devem observar bem os acontecimentos na Argentina, “onde os investimentos dos seus súditos foram defendidos contra a onda de antiamericanismo que varre o continente”.

mobilizaram na madrugada de primeiro de abril de 1964 para destituir João Goulart da Presidência do Brasil.

Qualquer semelhança com a nacionalização do cobre no Chile, iniciada na década de 1950 e concluída pelo presidente Salvador Allende no ano de 1971 não é coincidência ressaltando que, assim como ocorrido na nacionalização das minas de ferro brasileiras cedidas a companhias estadunidenses, as minas de cobre pertenciam a empresas mineradoras norte americanas (Miralles, 2013). Dois anos após a promulgação do decreto, Allende foi deposto em um violento golpe de Estado em setembro de 1973. Ou seja, o quadro geopolítico até então apresentado é parte de um contexto muito mais amplo e complexo que acabaram por envolver o Brasil, Minas Gerais e o Quadrilátero Ferrífero.

Nesse contexto, faz se necessário observar que a questão da exploração das jazidas de ferro foi, de fato, um dos alicerces do golpe de 1964. No entanto, como bem observado por Dreifuss (1981) o golpe não foi apenas militar, e sim um “golpe de classe” onde empresários, banqueiros, representantes de grupos financeiros internacionais e seus associados (na qual pode se incluir o grupo Hanna), parte da imprensa e os militares se associaram para, em princípio, desestabilizar o governo de João Goulart e limitar o atendimento às reivindicações e a organização dos movimentos e organizações sociais, ao mesmo tempo em que se defendia os interesses multinacionais a partir da formação de um regime tecnoempresarial, validado e protegido pelas forças armadas e organizado pelas ações do complexo IPES/IBAD¹⁹.

Sob essa perspectiva, Campos (2023) em seu trabalho sobre a perseguição deflagrada pela ditadura contra grupos econômicos contrários ao golpe, assim como Dreifuss (1981), ressalta que o golpe de 1964 inaugurou uma nova fase na qual o Estado foi reformado para beneficiar os grandes grupos econômicos e o capital estrangeiro, em particular os que contribuíram para a queda do regime democrático, fato também observado por Brandão (2018) ao tratar da relação entre os banqueiros e a ditadura no Brasil e por Zanghelini e Alves Filho (2019), que afirmam que os “golpes de classe” permitiu não só a associação entre o capital nacional e o anglo-americano, mas também a formação de cartéis e transnacionais com participação de

¹⁹ Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e Instituto Brasileiro de Ação Democrática.

indivíduos que exerciam, na maioria das vezes, papéis secundários dentro do contexto econômico brasileiro.

Moraes (2019), ao tratar do pós-golpe, chama atenção para a larga participação no aparelho estatal de empresários e de representantes do empresariado brasileiro envolvidos no golpe, que buscavam defender os seus interesses e dos grupos que representavam, buscando implementar medidas e alterar leis que permitissem flexibilizar a exploração mineral e extinguir todo o aparato construído durante os governos de Jânio Quadros e João Goulart que até então impossibilitavam a obtenção e retirada dos lucros obtidos a partir das jazidas a serem exploradas no Quadrilátero.

Consumado o golpe, a Hanna/Novalimense entrou com um novo recurso poucos dias após a derrocada de Jango (Borsagli, 2017b), ao mesmo tempo em que se sucedeu a associação entre a Hanna e a Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração (CAEMI), holding criada em 1950 por Augusto Trajano de Azevedo Antunes para a exploração das jazidas de ferro pertencentes à primeira, ocorrida no mês de novembro de 1964. Da associação nasce a Minerações Brasileiras Reunidas S/A (MBR), responsável pela exploração de grande parte das jazidas do Quadrilátero Ferrífero.

Roberto Campos, testemunha e integrante dos pormenores que tratava da questão mineral no país e um dos sócios da CONSULTEC, em uma reunião do Conselho de Segurança Nacional na qual foi debatida a questão Hanna/MBR, observou que o único personagem contra as concessões dadas à Hanna foi o General Costa Beviláquia, que considerou o projeto uma grande ameaça ao país, opinião rechaçada por Castelo Branco que a considerou uma impertinência nacionalista (Campos, 2004). Esse era o cenário pós 1964, que se completou com as grandes reformas urbanas-viárias patrocinadas pelos estadunidenses nas principais capitais brasileiras, visando adapta-las para a cultura do automóvel.

As concessões, no total de trinta e uma, foram devolvidas à Hanna nos anos que se sucederam ao golpe, e o novo regime promoveu profundas mudanças na legislação mineral, materializadas na Constituição de 1967 e no novo Código de Minas, que autorizou a formação de sociedades organizadas no Brasil com a participação majoritária de acionistas estrangeiros a explorar os recursos minerais – no caso o minério de ferro, e o controle por parte das mineradoras dos modais de transporte desde as minas até aos portos (Figura 4), ou seja, a ditadura e os seus representantes civis, logo nos primeiros anos que se sucederam ao golpe

multinacionais representados pela CONSULTEC. Os conflitos de interesses e o envolvimento direto dos Estados Unidos na questão podem ser considerados um dos estopins do golpe de 1964, uma vez que havia ficado explícito que para que se pudesse atingir os seus objetivos, não havia possibilidade de as corporações multinacionais atuarem dentro das leis brasileiras.

Desse momento em diante, a questão das jazidas contribuiu para a formação de uma aliança política-militar que não só derrubou um governo legítimo, mas também lançou bases para a transnacionalização da exploração mineral no Brasil que até a atualidade apresenta uma notável presença estrangeira nas empresas responsáveis pela exploração, beneficiamento, transporte e comercialização dos minérios.

Houve tentativas de aproximação com o mundo socialista? Sim, no entanto, dentro de todo o contexto geopolítico do período, as tentativas de nacionalização ocorridas ao longo do recorte temporal abordado contribuíram significativamente para os desenlaces ocorridos em território brasileiro que levaram a exploração mineral por parte das empresas estrangeiras.

A nível local, as inúmeras tentativas de destombamento da Serra do Curral em Belo Horizonte para exploração mineral e o “consentimento” do IPHAN, ou a complacência forçada com a destruição das áreas de interesse mineral é uma das consequências na atualidade dos favorecimentos autoritários iniciados com o destombamento do Pico do Itabirito no ano de 1967 por Costa e Silva, maciço tombado em 1960 a partir das ameaças da exploração mineral da Hanna ao patrimônio ambiental do Quadrilátero Ferrífero.

É importante destacar ainda que a reforma das linhas férreas, visando readequá-las para que pudesse atender ao transporte do minério de ferro foi bancada Rede Ferroviária Federal (RFFSA) através de um acordo unilateral de transporte do minério da MBR para o porto de Sepetiba, localizado em Itaguaí-RJ, foi obrigada a reestruturar todo o trecho da linha sob sua responsabilidade, em grande parte datada do século XIX, priorizando a partir de então o transporte de cargas pela histórica linha da Central do Brasil²⁰.

²⁰ Na noite do dia nove de junho de 1974 a ponte metálica do Fecho do Funil (Linha do Paraopeba) ruiu devido ao peso da composição carregada de minério de ferro, poucas horas antes da passagem do trem de passageiros Vera Cruz pelo local, o que poderia ter causado uma tragédia de grandes proporções caso os funcionários da RFFSA não tivessem comunicado a tempo o acidente. Ainda assim, a Rede Ferroviária foi obrigada a pagar uma multa de cem mil dólares diários à MBR, visto a paralisação do transporte do minério de ferro.

O acordo firmado entre a MBR e a RFFSA condicionou de tal forma a malha ferroviária brasileira aos interesses das empresas de mineração que uma parte considerável das linhas, privatizadas no ano de 1996 continuam a atender apenas ao tráfego de transporte de minérios, explorados há mais de meio século no Quadrilátero Ferrífero por empresas majoritariamente transnacionais.

Enfim, o período ditatorial militar (1964-1985) pode ser considerado o auge da exploração mineral e da subserviência geopolítica brasileira, na qual as empresas estrangeiras, cujos interesses estavam em conformidade com a política econômica pós 1964, encontraram o caminho livre para execução dos seus planos, ressaltando que os impactos gerados pela intensa exploração mineral que ecoam até a atualidade não se restringem apenas a questão geopolítica, abrangendo ainda questões de cunho econômico, social, ambiental, cultural e paisagística.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao PPGG-TIE PUC Minas pelo suporte técnico, a CAPES pelo suporte financeiro e ao DAU, PPGArq e Pro-Reitoria de Ensino e de Pesquisa da PUC-Rio.

REFERÊNCIAS

ARBEX JUNIOR, J. **Guerra Fria: Terror de Estado, política e cultura**. 3ª edição. São Paulo: Moderna, 1997. p. 7-40.

BAETA, A. M.; PILÓ, H.; NEVES, M. V. D. A Usina Wigg e a Siderurgia em Escala Industrial nas Minas Oitocentista-Ouro Preto, MG. In: **VI Colóquio Latino Americano Sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial**, 2012, São Paulo.

BARROS, A. V. G. G. **A guerra fria e a assistência norte-americana para a América Latina**. Anais Caravana 25 da ANPUH Pernambuco. Recife, 2015.

BARROS, G. **Geopolítica do minério de ferro brasileiro no entreguerras**. Anais do 46º Encontro Nacional de Economia Rio de Janeiro, 2018.

BIRD, Kai. **The Chairman: John J. McCloy, the Making of the American Establishment**. Simon & Schuster, 1992.

BORSAGLI, A. **A Serra do Curral del Rey: o marco geográfico da capital mineira**. Disponível em < <https://curraldelrei.blogspot.com/2011/06/a-serra-do-curral-del-rey-o-marco.html> > Acesso em 08 de novembro de 2024.

BORSAGLI, A. **Sob a sombra do Curral del Rey: contribuições para a história de Belo Horizonte**. São Paulo: Clube de autores, 2017a.

BORSAGLI, A. Triste horizonte: a Serra do Curral del Rey, o marco geográfico da capital de Minas (1897-1975). **Revista Eletrônica do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte**, v. 04, p. 30-53, 2017b.

BRANDÃO, R. V. M. Empresariado e ditadura no Brasil: o caso dos banqueiros. Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias, 2018. **Anais**.

BRASIL. DECRETO Nº 24.642, DE 10 DE JULHO DE 1934. **Decreta o Código de Minas**. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24642-10-julho-1934-526357-publicacaooriginal-79587-pe.html>.

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 4.352, DE 1º DE JUNHO DE 1942 - **Encampa as Companhias Brasileiras de Mineração e Siderurgia S.A. e Itabira de Mineração S.A. e dá outras providências**. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4352-1-junho-1942-414669-republicacao-68227-pe.html>.

BRASIL. IPHAN. **Livro do Tombo v.28**. Rio de Janeiro, 1960.

CAMPOS, P. H. P. Empresas e ditadura, o outro lado. Os grupos econômicos perseguidos pelo regime civil-militar brasileiro: O caso das empreiteiras. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 39, n. 79, e23106, jan./abr. 2023.

CAMPOS, R. **A lanterna na popa**. Rio de Janeiro: Editora Topbooks, 2004.

CARVALHO, G. A. M. **Acumulação de capital e inovação tecnológica: a experiência brasileira durante o regime militar 1964-1985**. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Universidade de São Paulo, 2006.

CASTRO J. F. M. **Geoprocessamento de mapas de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2017.

DINIZ, Clélio Campolina. Lucas Lopes, o visionário do desenvolvimentismo. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, v. 44, n. 2, p. 80-95, 2008.

DOMINGOS, C, S, M. O golpe de 64 e a Guerra Fria: origens e antecedentes. **Anais do XVIII Encontro Estadual de História da ANPUH RS**. Santa Cruz do Sul, 2016.

DREIFUSS, R. A. **1964, a conquista do Estado: ação política e golpe de classe**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

ESCHWEGE W. L. **Pluto Brasiliensis**. Volumes I e II. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: Edusp, 1979

ESTADOS UNIDOS. Departamento de Estado. **Latin America Task Force Files: Lot 61 D 298, Brazil 1**. Confidential, 1961. Disponível em < <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v12/d205> > Acesso em 12 de novembro de 2024.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2006.

FGV – FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Royalties e EOR em Campos Maduros no Brasil: Discussões sobre alíquotas e arrecadações*. **Caderno Opinião**, 2018.

FGV – FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Biografia de Edgar Buxbaum*. **Primeira República**, 2024. Disponível em <
<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/BUXBAUM,%20Edgar.pdf> > Acesso em 12 de novembro de 2024.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

JESUS, C. A. G. Ferro. In: **Sumário Mineral**, Brasília: Departamento Nacional de Produção Mineral, 2011.

MACHADO, I.; FIGUEIRÔA, S. **História da Mineração Brasileira**. Curitiba: Editora CRV, 2020.

MIRALLES, P. B. Las reservadas negociaciones de los gobiernos de Allende y Nixon sobre la nacionalización del cobre. **Estudios Internacionales (Santiago)**. v.45, n.175, Santiago: ago. 2013.

MARQUES NETO, A. R. **A ciência do direito: conceito, objeto, método**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

MATA-MACHADO, B. N. A Hanna em Minas Gerais (1956-1976): levantamento histórico factual sobre as relações do Estado com uma multinacional. **Revista Dia Virá**. Belo Horizonte: Departamento de Ciência Política da UFMG, 1 – 1-21, mai./jun., 1978.

MATA MACHADO, B. N. **O caso Hanna/MBR: cronologia de uma investigação**. Disponibilizado pelo próprio Autor, 2003.

MORAES, A. C. R. A nova Constituição e o Código de Mineração de 1967: a consolidação do capital multinacional e associado no setor mineral brasileiro. XXVIII Simpósio Nacional de História, Florianópolis, 2015. **Anais**.

MORAES, A. C. R. **A ditadura empresarial brasileira e as mineradoras (1964-1988)**. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

MOREL, E. **O golpe começou em Washington**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

PEREIRA, O. D. **Ferro e Independência - um desafio à dignidade nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

RODRIGUES, B. S. Geopolítica dos recursos naturais estratégicos da América do Sul. **Perspectivas**, São Paulo, v.45, p. 63-87, jan./jun. 2015.

ROUQUIÉ, A. **The Military and the State in Latin America**. Berkeley: University of California Press. 1987.

SAID JUNIOR, M. M. **O tratado de Methuen e a revolução industrial**. Dissertação (Ciências Econômicas). Universidade Federal do Paraná, 2006.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo, 1930-1964**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. **Quadrilátero Ferrífero 2050**. Ouro Preto: Centro de Estudos Avançados. Disponível em <https://qfe2050.ufop.br/news/novidades>.

VERSIANI, F. R. As Longas Raízes do Protecionismo: 1930 e as Relações entre Indústria e Governo. **EconomiA**, Brasília (DF), v.13, n.3b, p.867–895, set/dez 2012.

ZAMPAULO, R. A. **Diversidade de espécies troglóbias em cavidades ferríferas do Parque Estadual da Serra do Rola Moça (PESRM), Minas Gerais**. ANAIS do 33º Congresso Brasileiro de Espeleologia Eldorado SP, 15-19 de julho de 2015.

ZANGHELINI, F. A.; ALVES FILHO, O. S. 1964: Golpe de classe e a consolidação do imperialismo no Brasil. **REBELA**, v.9, n.2, mai./ago. 2019.

Recebido em 17 de setembro de 2024

Aceito em 22 de novembro de 2024